

O LUGAR DA DIFERENÇA

■ PASQUALINO ROMANO MAGNAVITA

INTRODUÇÃO

A arquitetura, no sentido de patrimônio antropológico, comporta um conjunto de noções e conceitos que hoje, frente às novas “formações discursivas”, desafia nossas concepções e práticas, permitindo uma atitude crítica e cultural da memória. Essa possibilidade decorre

O conceito de identidade tem se demonstrado hegemônico nos discursos sobre a arquitetura, particularmente no tocante aos bens patrimoniais de natureza cultural. Preservar a identidade dos lugares, frente ao processo de globalização vem se constituindo numa obsessão. Todavia, a hegemonia desse conceito vem sendo questionada na cultura contemporânea, dado que, na dinâmica processual social, nada permanece idêntico. O conceito de Diferença tornou-se fundamental.

do acelerado processo de globalização promovido pelos avanços tecnológicos e pelas mudanças nas formas de pensar.

A noção aristotélica de lugar particulariza a ampla e homogênea noção platônica de espaço. A noção de lugar percorreu a longa história da filosofia, muitas vezes no mesmo sentido da noção de espaço. Nos discursos sobre a arquitetura, adquiriu o sentido de espaço construído e, de forma mais genérica, de espaço físico. Recentemente, a noção de lugar passou a ter uma conotação psicológica: espaço vivido, “espaço existencial” (NORBERG SCHULZ, 1975). Este espaço pressupõe uma temporalidade, porém não o tempo cronológico, mas a noção bergsoniana de “duração”, que se reporta à conceituação de memória.

Mais recentemente, espaço e lugar se fundem na noção de “espaços de lugares”, distinta dos “espaços de fluxos” (CASTELLS, 2000). Esta dualidade, apesar de sua contemporaneidade, encontra-se ainda vinculada ao clássico “mundo da representação”, isto é, a relação entre o visível e o invisível, a “estética da aparência” e a “estética do desaparecimento”, entre o espaço físico e o ciberespaço (VIRILIO, 1985). Por sua vez, tanto o espaço físico quanto o espaço virtual pressupõem a noção de memória. Tanto a percepção do lugar relacionada com o acervo da memória cultural de preexistências (acontecimentos, edificações, paisagem), quanto a memória contida nos bancos de dados processados pelas novas tecnologias. Em tese, todo lugar é lugar de memória, tautologia que, à guisa de repetição, implica em diferenças que

■ Professor da Faculdade de
Arquitetura UFBA
pasqualinomagnavita@terra.com.br

resultam de processos de acumulação, sedimentação, coagulação, dobramentos de acontecimentos, formando na “duração” (DELEUZE, 1999) os estratos antropomorfos.

As diferentes memórias, a exemplo de processos de estratificações, constituem substâncias formadas que pressupõem uma dupla articulação, isto é, um conteúdo de expressão (o que se diz) e um conteúdo de forma (o que se faz): “as palavras e as coisas”. No caso da arquitetura e do urbanismo, temos, de um lado, as palavras que constituem os diferentes discursos, o conjunto de enunciados, a memória do que se disse e se diz; do outro, as coisas, as edificações, construções no espaço e na dimensão temporal, constituindo os diferentes passados que procuramos rememorar como “passados presentes”. Constata-se que esses passados presentes estão energizando, de forma peculiar, a cultura contemporânea, em contraste com os “futuros presentes” que alimentavam a cultura moderna com suas utopias.

A memória, hoje, no cadinho do saber, sob o rótulo de patrimônio histórico, artístico cultural, tornou-se uma espécie de obsessão que tem contaminado o mundo globalizado, acontecimento que tem recebido algumas interpretações. Admite-se, de um lado, que essas bruscas transformações que presenciamos nas últimas décadas têm desenvolvido um sentimento generalizado de instabilidade e de desconfiança, desconforto que, particularmente para alguns antropólogos e psicólogos, passou a ser caracterizado como perda de identidade. De outro lado, essa obsessão pela memória expressa um desejo de encontrar uma forma de desacelerar essa metástase, proliferação incontrolável de informações, de conexões em rede promovidas pelas próprias tecnologias avançadas e às quais estamos confiando parte da memória cultural. Contexto sob suspeita que, de certa forma, pode induzir à des-memória, à amnésia, ao esquecimento (HUYSSSEN, 2000).

A velocidade e a instantaneidade das informações e comunicações vem permitindo, cada vez mais, escapar das limitações que o lugar (o local, a localidade) impõe frente à irrupção do global. A dualidade global/local não traduz a multiplicidade de componentes heterogêneos que entram na “totalidade segmentária” que caracteriza o atual processo de globalização¹. Entretanto, esses acontecimentos mais recentes induzem a relações imateriais, favorecendo a liberação de qualquer enraizamento, à guisa de próteses que promovem, através do “tempo real”, uma desterritorialização, um desenraizamento endógeno e, simultaneamente, uma reterritorialização exógena. Tenhamos ou não consciência, essas ocorrências afetam a suposta “identidade do lugar”. É justamente essa inserção no global que acaba promovendo, no processo de construção da subjetividade individual e coletiva em relação ao passado histórico, artístico e cultural do lugar, um sentimento de perda da identidade do lugar.

CONCEITO DE IDENTIDADE

No texto “O que é a Filosofia?”, Gilles Deleuze e Félix Guattari afirmam que somente a filosofia, como forma de pensar e criar, constrói conceitos, pressupondo um plano de imanência. Para esses pensadores, não existem conceitos científicos como geralmente se pressupõe. A ciência é outra forma de pensar e criar, constrói functivos, lidando com funções, variáveis, limites, constantes, prospectos (proposições, lógicas), estabelecendo um plano de referência. A arte, por sua vez, pensa e cria, no universo fenomenológico, perceptos e afetos (que não são percepções e afecções), mas novos blocos de sensações e afetividades no plano da composição. Essas três formas de pensar e criar se entrelaçam e constituem uma heterogênese. O pensamento é uma heterogênese (DELEUZE/GUATTARI, 2000).

Descobrimo a segmentaridade e a heterogeneidade dos poderes, Foucault rompeu com as noções abstratas e vazias do Estado e da Lei, renovando conceituações políticas. O Estado desempenha um papel muito particular enquanto agenciamento concreto que sobrecodifica todos os segmentos sociais a um só tempo, privilegiando uns e excluindo outros, em um determinado momento histórico. Como agenciamento, ele não produz, mas efetua a “máquina abstrata” (conjunto de disciplinas e enunciados socialmente codificados), sobrecodificando-a. Essa máquina não é, portanto, o próprio Estado. É ela que organiza os enunciados, os discursos dominantes e a Ordem estabelecida de uma sociedade, isto é, os saberes dominantes, as ações e sentimentos conformes, os segmentos que prevalecem uns sobre os outros, assegurando a homogeneização dos diferentes seguimentos. Essa máquina abstrata não depende do Estado, mas sua eficácia sim, pois ele realiza o agenciamento concreto em um campo social (DELEUZE/PARNET, 1998: 150/151).

Antes da discutível Reforma Universitária (1968), os ensinamentos realizados nas escolas de arquitetura entrelaçavam conceitos filosóficos, noções de funções científicas (funcionalismo) e aquelas específicas de Arquitetura, como arte, (perceptos e afetos) e recebiam a denominação de disciplinas de “filosofia da arquitetura”, enquanto as práticas constituíam as disciplinas de “composição arquitetônica”. Entretanto, sob a tirania de “a forma segue a função”, a ciência subordinava, dominava as demais formas de pensar e criar. Então, como ainda hoje, era veiculado um conjunto de noções e conceitos os quais davam consistência à elaboração de projetos arquitetônicos. Os repertórios semióticos, então em voga, asseguravam a natureza estética dos mesmos.

Entre esses conhecimentos, a tríade vitruviana e as diversas noções e conceitos que dela derivam se inserem

no “mundo da representação”. Esta “máquina abstrata” de pensar se caracteriza, basicamente, segundo os seguintes princípios: identidade do conceito; analogia do juízo; oposição dos predicados e semelhança do percebido. Este quarteto conceitual, conjuntamente com a “imagem arborescente” do pensamento – herança que vem da antiguidade aos nossos dias – tem orientado, de forma hegemônica, as nossas concepções e práticas. Isso acontece através de um conjunto de formas de pensar diversificadas que, todavia, não se afastaram do mundo da representação, no seu sentido mais amplo, mantendo, basicamente, o quarteto conceitual acima referido.

No mundo da representação, historicamente, noções e conceitos hegemônicos – tais como ser, unidade, identidade (o mesmo, o idêntico), razão, verdade, bem, belo, ordem, infinito, espaço, tempo, organismo, essência, coisa em si, entre muitos outros –, subordinam conceitos e noções tais como diferença, multiplicidade, irracional, erro, mau, caos, feio, inorgânico etc. Muitas dessas noções e conceitos hegemônicos constituíam palavras-chave de discursos elaborados sobre a Arquitetura, nos quais a Arquitetura é entendida como uma “coisa em si”, preservando sua essência, identidade, unidade e racionalidade, ou seja $A=A$, $\text{Arquitetura}=\text{Arquitetura}$. Mesmo admitindo a diversidade de expressões formais, historicamente codificadas em diversos estilos, a arquitetura manteve-se confinada à tríade vitruviana, a qual expressa, justamente, sua concordância com o mundo da representação e com todas as suas limitações de entendimento. As noções de firmeza, utilidade e beleza, pela sedução secular que possuem, continuam a orientar os incautos e mestres acadêmicos pelo fato de caracterizarem a chamada “essência” da arquitetura. Entretanto, essas noções, inseridas num quadro mais complexo de relações, dizem muito pouco sobre a arquitetura quando esta é entendida como multiplicidade incomensurável de conexões entre componentes de natureza heterogênea.

A Arquitetura não é uma totalidade, uma unidade, mas uma “máquina enunciativa”. Os discursos sobre essa forma de pensar e criar, como arte, constitui uma totalidade segmentária, uma multiplicidade de componentes heterogêneos que coexistem em qualquer espaço construído que se considera. Conceitualmente, ela não deve ser entendida na unidade de seus componentes como totalidade, mas pressupõe a coexistência de outros componentes maquínicos heterogêneos (filosóficos, científicos, sociais, econômicos, culturais, processos de subjetivação, entre outros). Entendida como forma de pensar e criar, no universo fenomenológico da arte, como “bloco de sensações”, a Arquitetura, conceitualmente, pressupõe mais a diferença do que a unidade, mais a multiplicidade, conexões e heterogeneidades, rupturas a-significantes. À guisa de um

“mapa” aberto (sistema aberto) com múltiplas entradas, ela é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, susceptível de receber modificações constantemente – podendo ser destruída –, pode adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser elaborada por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Como arte, como criadora de perceptos e afetos (novas percepções e afetividades), a Arquitetura é uma questão de performance (criação, invenção) e não de decalque, noção esta que remete sempre a uma presumida competência (do saber já instituído e não da inovação).

Conceitualmente, a Arquitetura, ou melhor dizendo, no sentido da multiplicidade, **as arquiteturas** se aproximam daquela nova forma de pensar proposta por Deleuze/Guattari, isto é, no sentido de um entendimento **rizomático**, em que essa forma de pensar procura superar o mundo da representação e o modelo arborescente que lhe corresponde. Entretanto, vale ressaltar que não se deve confundir essa nova forma de pensar, no plano conceitual do discurso (o que se pensa e o que se diz), com as práticas construtivas (o que se faz, o que se constrói), imaginando que ao se pensar rizomaticamente se produzirá uma arquitetura rizomática. Pura ilusão, recorrente engano. Entre a forma de expressão (o que se faz, um sistema semiótico, um regime de signos, agenciamento maquínico) e a forma de conteúdo (o que se diz, agenciamento de enunciação) não existe correspondência, nem relação de causa-efeito, nem de significado-significante. Há entre a expressão e o conteúdo distinção real, pressuposição recíproca e unicamente isomorfismo (DELEUZE/GUATTARI, 1995, vol 1: 15/22 e vol. 5: 217). Se alguns espaços construídos são considerados por alguns teóricos como “arquitetura rizomática”, trata-se apenas de uma pressuposição, cuja configuração espacial resulta de um sistema pragmático de ações e paixões, as quais nada têm a ver com a questão enunciativa, conceitual.

As concepções enunciativas, vinculadas ao mundo da representação, mostram quanto tem sido limitativa essa modalidade de abordagem e vêm colocando em evidência as novas aberturas conceituais, as quais passam a estabelecer relações bem mais complexas, desestabilizando, assim, o conceito de Identidade e as suas noções correlatas (Unidade, Totalidade, Razão, Verdade, etc). Em Filosofia, afirma Deleuze, não há propriamente começo, o verdadeiro começo filosófico é a **Diferença**. Começo o qual já é em si mesmo **Repetição**. A Diferença assume, assim, na Filosofia contemporânea, o equivalente ao desempenho do conceito de Unidade/Identidade no mundo da representação.

Procurou-se aqui relacionar a arquitetura com a noção de Lugar e Memória e, por conseguinte, com a questão patrimonial de bens culturais no seu sentido histórico e artístico. Vale observar que, no âmbito dessa temática, o

conceito de **Identidade** tornou-se excessivamente utilizado nas retóricas discursivas eruditas acadêmicas, bem como o seu emprego no linguajar do senso comum. Algumas das considerações que se seguem sobre o conceito de Identidades encontram respaldo na monumental obra filosófica de Deleuze: “Diferença e Repetição” (1988).

Para Deleuze, a Identidade de qualquer conceito constitui a forma do **Mesmo** na **Reconhecimento**, noção esta definida pelo exercício concordante de todas as faculdades sobre um objeto suposto como sendo o Mesmo: é o Mesmo objeto que pode ser visto, tocado, lembrado, imaginado e concebido, o que pressupõe, portanto, o fundamento da Identidade na **Unidade** de um sujeito pensante do qual todas as outras faculdades devem concordar. É o caso do conceito **Cogito** cartesiano, como começo de uma forma diversificada de pensar, que procura exprimir a Unidade de todas as faculdades no Sujeito (Identidade subjetiva), fornecendo assim um conceito filosófico que, em seguida, foi apropriado pelo senso comum. A Identidade do **Eu** no **Eu penso, Eu duvido, Eu existo**, funda a concordância de todas as faculdades e seu acordo na forma do objeto suposto como o **Mesmo**. O **senso comum** é a norma de identidade do ponto de vista do Eu e da forma do objeto que lhe corresponde, enquanto o **bom senso** é uma norma de partilha do ponto de vista dos **eus** empíricos e dos objetos qualificados como este **ou** aquele. Enquanto o senso comum traz a forma do Mesmo, o bom senso determina a contribuição das faculdades em cada caso que se apresenta.

O Eu penso é o princípio mais geral do mundo da representação, no sentido de eu concebo, eu julgo, eu imagino, eu recordo, eu percebo, que constituem aspectos do Cogito. Nesta forma de pensar, qualquer diferença é subordinada aos quatro requisitos do mundo da representação: o idêntico, o análogo, o oposto e o semelhante. A **Diferença** é sempre pensada em relação a uma **Identidade** concebida, a uma **Analogia** julgada, a uma **Oposição** imaginada, a uma **Similitude** percebida. Ela se torna objeto do mundo da representação e sua subordinação caracteriza a impotência dessa forma de pensar a Diferença em si mesma como conceito, liberada dessa subordinação. O mesmo ocorre para o conceito de Repetição. Restaurar a Diferença no pensamento é desfazer o primeiro nó, a primeira ilusão do pensamento. A segunda ilusão consiste na subordinação da Diferença à Semelhança. A terceira, concerne ao negativo, à negação, como forma de Oposição. As limitações promovidas pelas oposições são jogos de superfície enquanto que a profundidade do pensamento é povoada de **diferenças sem negação**. Trata-se, portanto, do reino da falsa potência do negativo. É a diferença que pressupõe o universo do **Problema**. O Ser do problemático não é de modo algum o ser do negativo. A Idéia/problema (o virtual), o mundo das

idéias como se costuma dizer, pressupõe a multiplicidade, a diferença, a positividade, no sentido de afirmação de diferenças. A história não passa pela negação e pela negação da negação (Hegel), mas pela solução na afirmação de diferenças. Finalmente, a quarta ilusão, subordina a diferença à Analogia do juízo, dado que a Identidade do conceito não dá uma regra de determinação concreta, representando-se como identidade do conceito indeterminado, exigindo, portanto, que conceitos e predicados outros sejam postos como determináveis relacionados à identidade de um senso comum distributivo e de um bom senso ordinal (conceitos a priori). Vale salientar que, assim como essas ilusões desnaturaram a Diferença, elas deformaram a Repetição, pois o mundo da representação não dispõe de qualquer critério direto para distinguir a repetição da generalidade, da semelhança ou equivalência. A Repetição é apresentada como uma semelhança perfeita, uma igualdade extrema e, por sua vez, evoca a Identidade do conceito para explicar tanto a Repetição quanto a Diferença. A Diferença é representada no conceito de Idêntico, e assim, reduzida a uma diferença simplesmente conceitual. Ao contrário, a Repetição é representada **fora** do conceito, como uma diferença sem conceito, mas sempre sobre o pressuposto do conceito do Mesmo, do Idêntico.

A Repetição no sentido do “**eterno retorno**” aparece como potência da própria Diferença e o deslocamento e o disfarce do que se repete só faz produzir a divergência e descentramento do diferente. O eterno retorno afirma a diferença, a dessemelhança, o díspar, o acaso, a multiplicidade, o devir. O que ele elimina é a Identidade (o Mesmo), o Semelhante, o Análogo e o Negativo como pressupostos do mundo da representação.

A indagação que segue reporta-se aos discursos proferidos sobre a questão da cultura da memória, do patrimônio de bens culturais, incluindo a arquitetura e lugares históricos, em decorrência do exaustivo uso do termo “Identidade”. Não apenas nos enunciados oficiais de políticas patrimoniais, mas nos discursos acadêmicos e, de modo generalizado, o seu emprego no linguajar do senso comum, no sentido de encontrar nas palavras e coisas a permanência do Mesmo. Preservação de alguma coisa inalienável, pressuposto irreconciliável com a dinâmica das permanentes transformações que mudam a natureza daquilo que se pressupõe como algo invariante. Qual a identidade dos lugares? Apenas algumas aparências, formas e/ou cenários? É muito pouco em relação às diferenças que emergem. Eis uma fundamental questão.

Em sua significativa obra “A era da Informação, economia, sociedade e cultura”, no volume 2, **O Poder da Identidade**, Manuel Castells coloca esse poder difuso em várias regiões e localidades do planeta em oposição ao

mundo globalizado em que os “**espaços de fluxos**” promovem a homogeneização de todos os lugares e os “**espaços de lugares**” procuram oferecer resistência a essa avalanche de homogeneização. Mais próprio seria, no nosso entender, que esse “Poder da Identidade” fosse de fato entendido como **Poder da Diferença**, pois o que se pretende defender é a afirmação da diferença, o reconhecimento e respeito das mudanças de condição de vida, das transformações, na repetição diferenciada do patrimônio cultural de cada lugar, resistindo e criando frente ao processo de homogeneização imposta através de uma Identidade Legitimadora universalizante dos que detêm os poderes.

LUGAR DA SUBJETIVIDADE

Na memória de lugares entendidos como espaços historicamente construídos, a arquitetura ocupa um lugar dominante, juntamente com a paisagem. Isso decorre da dinâmica própria da percepção visual, a qual pressupõe uma estruturação objetivada pela psicologia da forma (Gestalt) e que se insere no “mundo da representação”, efetivando e relacionando as aparências com os lugares de memória. Todavia, quaisquer que sejam esses lugares e os conteúdos de semiotização e subjetivação que expressem, eles constituem diferentes máquinas enunciativas. Tenhamos consciência ou não, os espaços construídos nos interpelam de diferentes modos: histórico, artístico (estilístico), funcional e afetivo, os quais, em conjunto, expressam, como veremos, processos de subjetivação.

Em decorrência da forma inercial do pensamento dual, regida pela lógica binária, as relações sujeito/objeto, consciente/inconsciente, por exemplo, se demonstraram limitadas e insuficientes frente à noção de **Subjetivação** entendida como processo, construção da **Subjetividade**, no sentido de **produção** da Subjetividade. Esta não conhece nenhuma instância dominante de determinação, é plural, polifônica, pois os diferentes registros semióticos para o seu enquadramento não mantêm relações hierárquicas obrigatória (GUATTARI, 1993).

Tem-se consciência de que componentes subjetivos tiveram um papel relevante ao longo da história na construção de espaços construídos, na configuração de lugares distantes ou não, de maior ou menor complexidade. Todavia, sejam quais forem esses componentes, em seus entendimentos e interpretações, sempre ocorre, por inércia cultural, a presença assumida do Sujeito pensante entendido como “coisa em si”, tornando permanente o Cogito cartesiano, através da homogeneidade de sua concepção abstrata e universalista. Hoje, entretanto, quando podemos melhor perceber e avaliar os efeitos das máquinas

tecnológicas da informação e comunicação, a potência das *mass-media* que operam no núcleo da subjetividade individual e coletiva - não apenas no seio de suas memórias e de suas inteligências, mas também no que concerne à sensibilidade, aos afetos e fantasmas inconscientes, à guisa de “Máquinas desejanter”. A noção de Subjetividade como produção acaba colocando por terra a secular relação Sujeito/Objeto e a sua suposta unidade.

Vale lembrar que, além de componentes produzidos pela indústria da mídia, cinema, grandes eventos e uma multiplicidade acontecimentos, na atual “Sociedade de Controle” (Deleuze), concorrem ainda para a produção da subjetividade, as preexistentes “Instituições Disciplinares” (Foucault) que, com seus componentes significantes, se manifestam através da família, da escola, da fábrica, da religião, da arte, do esporte etc. Concorrem também para essa produção componentes de dimensões semiológicas **a-significantes**, que escapam aos axiomas propriamente lingüísticos, como aqueles que encontramos, por exemplo, nas gírias que proliferam por toda parte.

Por **Subjetividade**, no sentido aqui usado, deve-se entender o seguinte: “(...) *o conjunto de condições que tornam possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como ‘território existencial’ auto-referente, em adjacência ou em relação de determinação com uma alteridade ela mesma subjetiva*” (GUATTARI, 1993:19) (grifo nosso).

Considerando diferentes lugares com seus contextos sociais e semiológicos, a subjetividade se individua, ou seja, uma pessoa se posiciona em meio a relações de alteridade definidas por usos familiares, leis, costumes locais etc. Sob outras condições, a subjetividade pode ser entendida como coletiva, o que não significa que se torne exclusivamente social. Coletivo deve ser entendido no sentido de multiplicidade que vai além da instância individual (do indivíduo), obedecendo a uma lógica de afetos, mais do que a de grupos sociais bem definidos.

Convém ressaltar que a construção da subjetividade não deve ser confundida apenas com fases psicogenéticas estudadas por Piaget, mas também, e principalmente, através de grandes máquinas sociais (*mass-media*, lingüística) que são máquinas abstratas, incorporais, que até chegam a ser consideradas inumanas. Nesse contexto, o **Inconsciente** se tornou uma instituição, um “equipamento coletivo”; todavia, não se trata mais do inconsciente de natureza freudiana, exaustivamente utilizado nas repetidas práticas da psicanálise. O Inconsciente tornou-se diferente, não é mais a versão estruturalista centralizada no “eu”, porém uma **multiplicidade** e, portanto, não mais entendido como objeto, coisa em si, mas como relações no **meio** de circunstâncias, de acontecimentos.

Portanto, deve-se admitir, de uma maneira geral, que cada indivíduo, cada grupo social, veicula seu próprio sistema a uma cartografia feita de demarcações cognitivas, uma posição para dissipar suas angústias e redirecionar seus afetos, inibições e pulsões, um território existencial auto-referente e, se quisermos entender esse território como “identidade”, não seria a **mesma** identidade, mas sempre uma identidade **diferente**, o que seria conceitualmente um paradoxo, ou então, entendê-la como uma repetição que se diferencia. Conceber a subjetividade como permanente processo de **Repetição e Diferença**, de transformação e criação, constitui a única maneira de espantar de nossas cabeças essa Identidade tão evocada tanto em relação aos lugares quanto, como veremos a seguir, nas políticas e discursos sobre o Patrimônio de bens culturais.

Sabe-se também que as operações que ocorrem nas modificações das formas de pensar e sentir significam mudar as representações desse mundo exterior que se encontra bastante turbilhonado em função das transformações que estão ocorrendo. Justamente por essa razão, o criador da **esquizoanálise**, Félix Guattari, recusando o dualismo consciente/inconsciente, comenta:

“O inconsciente freudiano é inseparável de uma sociedade presa ao passado, às tradições falocráticas, às invariantes subjetivas. As convulsões contemporâneas exigem, sem dúvida, uma modelização mais voltada para o futuro e a emergência de novas práticas sociais e estéticas em todos os domínios (...) Optei por um inconsciente que superpõe múltiplos estratos de subjetivação, estratos heterogêneos, de extensão e de consistência maiores ou menores. Inconsciente então mais ‘esquizo’, liberado dos grilhões familialistas, mais voltado para práxis atuais do que para fixações e regressões em relação ao passado. Inconsciente de fluxos e de máquinas abstratas, mais do que inconsciente de estrutura e linguagem”. (idem: 23) (grifos nossos).

Espaços construídos de qualquer natureza podem ser considerados como máquinas enunciativas. Elas produzem uma **subjetivação parcial**, que se relaciona com outros agenciamentos de subjetivação, pois os espaços construídos vão além de suas estruturas visíveis e funcionais. Hoje, constatamos uma proliferação extraordinária de componentes subjetivos que estão ajudando a desintegrar nossos antigos espaços de referência. Entretanto, nesse processo de mutação, nem sempre ocorre (no caso específico da mentalidade do arquiteto/urbanista e também de outros profissionais) um acompanhamento desse acelerado ritmo que nos assola. Se há mais de meio século Lewis Mumford considerava as cidades “megamáquinas”, hoje, torna-se necessário ampliar o conceito de máquina

para além de seus aspectos materiais e técnicos, procurando levar em conta suas outras dimensões (econômica, social, ecológica, abstrata etc.) e evidenciando, também, as “**máquinas desejanter**” que povoam nossas pulsões inconscientes, nossos **desejos** que são também componentes maquínicos, universos incorporais, que conferem aos lugares, aos espaços construídos, uma autoconsistência subjetiva.

Admitindo, em tese, que os lugares produzem uma **subjetivação parcial**, entende-se que uma praça num centro histórico, por exemplo, proporciona, para quem a percebe e a percorre, impulsos cognitivos e afetivos diferentes daqueles percebidos por quem visita ou habita uma favela. No tocante aos lugares históricos, devemos reconhecer que existe uma certa nostalgia do passado que se torna “*no mínimo aleatória, dado que a história não oferece jamais os mesmos ‘pratos’ e que toda a apreensão autêntica do passado implica sempre uma reinvenção radical*” (idem: 158). Pode parecer paradoxal falar de subjetividade para conjunto tão material como são os lugares construídos, podendo parecer estranho afirmar que a porta, o corredor, a sala, o prédio, a rua, a praça, a cidade, modelizam cada um, em sua parte e em composições mais amplas, focos de subjetividade. A propósito, afirma Guattari:

“(...) Não se poderá falar do sujeito em geral de uma enunciação perfeitamente individuada, mas de componentes heterogêneos de subjetividade e agenciamentos coletivos que implicam multiplicidades humanas, devires animais, vegetais, maquínicos, infrapessoais. (...) Tudo se reduz sempre à questão dos focos de enunciação parcial, da heterogênese dos componentes e dos processos de re-singularização. É para essa discussão que se deveriam voltar os arquitetos” (idem: 158/62) (grifo nosso)

Dessas considerações pode-se deduzir que, na dinâmica dos processos sociais, um lugar qualquer que se considera, apesar de preservar alguns estratos de natureza formal, preexistências que se delineiam no mundo da representação, equivalentes a traços de “identidade”, no sentido de serem os mesmos (o Mesmo) de uma suposta “origem”, é objeto de **reinvenções** radicais que alteram as relações então existentes, e isso através de componentes heterogêneos que acabam submetendo o Mesmo à Diferença. Trata-se então de **Outro** lugar, não é mais o **Mesmo** lugar.

Hoje, no mundo globalizado, constata-se um forte processo de desterritorialização dos indivíduos. A subjetividade entrou no reino de um nomadismo generalizado promovido pelo advento das novas tecnologias, em decorrência de excessivas repetições (**ritornelos**) muito distantes de suas terras natais. Certamente, não são os

lugares onde repousam seus ancestrais e onde terão de morrer. Hoje, a ancestralidade está em via de desaparecimento, permanecendo, apenas, algumas referências, na maioria das vezes sob a égide dos “**espaços de fluxos**” informacionais, que mantêm em “prisão domiciliar”, configurando uma espécie de “inércia polar” (Virilio), tanto os indivíduos socialmente privilegiados quanto aqueles excluídos. Tudo passa a circular: músicas, exposições, *slogans* publicitários, *chips* de informática, turistas, filiais de indústrias, bancos, entre outros elementos, e a “ciranda” financeira como expressão volátil maior dessa circulação. “(...) *As terras natais estão definitivamente perdidas, mas o que se pode esperar é reconstruir uma relação particular com o cosmos e a vida, é se ‘recompôr’ em sua singularidade individual e coletiva*” (GUATTARI, 1993: 169/70).

O LUGAR DA MEMÓRIA

Qualquer lugar que se considera como espaço construído pressupõe preexistências que atestam um passado, um conjunto de componentes heterogêneos coexistentes. **Passado** como condição do tempo, o que **foi**. O passado dos espaços construídos, da Arquitetura nas suas mais variadas expressões, por mais simples e intuitivo que seja seu entendimento pelo senso comum, conceitualmente comporta aspectos paradoxais. Eles foram assinalados por Bergson, Deleuze, entre outros pensadores e, resumidamente, Deleuze pergunta e comenta:

(...). “*Como um presente qualquer passaria, se ele não fosse passado ao mesmo tempo que presente? O passado jamais se constituiria, se ele não tivesse se constituído, inicialmente, ao mesmo tempo em que foi presente. Há aí como que uma posição fundamental do tempo, e também o mais profundo paradoxo da memória: o passado é ‘contemporâneo’ do presente que ele foi*”. (...) *O passado jamais se constituiria se ele não coexistisse com o presente do qual ele é o passado. O passado e o presente não designam dois momentos sucessivos, mas dois elementos que coexistem: um, que é o presente e que não pára de passar; o outro, que é o passado e que não pára de ser, mas pelo qual todos os presentes passam*” (DELEUZE, 1999: 45). (grifos nossos).

Ainda poderíamos acrescentar que, sendo o passado contemporâneo e coexistindo com o presente que ele foi, ele **preexiste** ao presente que passa como elemento do passado em geral, o passado que jamais foi presente (eternidade) e que desempenha o papel de fundamento do tempo que, todavia, não é representado. O passado não faz passar um dos presentes sem que outro presente advenha.

Mas o passado não passa e nem advém. O que é representado é sempre o presente, como antigo ou atual. A síntese **passiva** do passado pressupõe a **contemporaneidade**, a **coexistência** e a **preexistência**. A síntese **ativa**, ao contrário, é a representação do presente sob o duplo aspecto da **reprodução do antigo** e a **reflexão do novo** (DELEUZE, 1988: 144). Ou seja, a **Repetição na Diferença**.

No mundo da representação, no sentido da percepção dual, persistem as relações propostas por Bergson: matéria/memória, percepção/lembrança e objetivo/subjetivo. Todavia, é preciso relevar que não se trata de uma questão de tempos sucessivos, cronologia, mas de **Diferença** de natureza dessas duas temporalidades, presente e passado. Pode-se dizer do presente que ele “**era**”, ele passa, e do passado que ele “**é**”. O presente é psicológico, passa, o passado é ontológico em sua eternidade do Ser. Entretanto, a revolução bergsoniana refere-se à noção de **Duração**, pois não se trata da sucessão temporal, mas da coexistência, contrapondo-se à dupla ilusão promovida pelas teorias psicológicas e fisiológicas de seu tempo e que ainda persistem, ou seja, que consideram o passado como tal e que só se constitui após ter sido presente e reconstruído pelo novo presente do qual ele é agora passado. Para Bergson, não vamos do presente ao passado, da percepção à lembrança, mas do passado ao presente, da lembrança à percepção.

A questão **onde** as lembranças se conservam, onde a memória se armazena constitui um falso problema, uma questão mal analisada, como se tivesse de existir um receptáculo, como se o cérebro, por exemplo, pudesse desempenhar tal função. Mas o cérebro encontra-se na linha da objetividade (da matéria) e, segundo Bergson, ele não tem qualquer diferença de natureza, tudo nele é movimento (corte instantâneo), como na percepção que ele determina. A memória faz parte, ao contrário, da linha de subjetividade. “(...) *É absurdo misturar as duas linhas concebendo o cérebro como reservatório ou substrato das lembranças. (...) as lembranças só podem se conservar ‘na’ duração*” (DELEUZE, 1999:41). A experiência interior como processo de subjetivação proporciona algo à guisa de substância, algo cuja evidência é **durar**. Portanto, é em si que a memória se conserva, prolongando-se incessantemente no presente como um passado indestrutível.

Essas considerações de natureza filosófica deparam-se com as concepções de neurólogos e psifisicólogos que, através de seus estudos, distinguem **uma memória longa** e **uma memória curta** (da ordem de um minuto). Referindo-se a elas, Deleuze comenta:

(...) *Ora, a diferença não é somente quantitativa: a memória curta é do tipo rizoma, diagrama, enquanto*

que a longa é arborescente e centralizada (impressão, engrama, decalque ou foto). A memória curta não é de forma alguma submetida a uma lei de contigüidade ou de imediatidade em relação ao seu objeto; ela pode acontecer à distância, vir ou voltar muito tempo depois, mas sempre em condições de descontinuidade, de ruptura e de multiplicidade. Além disso, as duas memórias não se distinguem como dois modos temporais de apreensão da mesma coisa; não é a mesma coisa, não é a mesma recordação, não é também a mesma idéia que elas apreendem. (...) A memória curta compreende o esquecimento como processo; ela não se confunde com o instante, mas com o rizoma coletivo, temporal e nervoso. A memória longa (família, raça sociedade ou civilização) decalca e traduz, mas o que ela traduz continua a agir nela, à distância, a contratempo, “intempestivamente”, não instantaneamente.” (DELEUZE/GUATTARI, 1995: 25/26).

Ao lado desses tipos de memória, algumas abordagens se referem ao que se vem denominando de **memória coletiva**, pressupondo memórias sociais e de grupos. Entretanto, esse tipo de memória não vem dando conta do que se propõe a ser, em decorrência da dinâmica promovida pelo acelerado processo de globalização. Tal fato muito tem contribuído para esse descrédito, e isso em decorrência dos próprios processos de subjetivação, condição propícia para o desenvolvimento da memória curta, aquela sem enraizamento em sua temporalidade. Soma-se a esse condicionamento a proliferação de acontecimentos e de informações que, em sua totalidade, não conseguem ser processadas e digeridas na mesma velocidade, promovendo uma espécie de **amnésia** que passa a significar a instauração de um **presente permanente**, que vem levando indivíduos e grupos sociais a uma **perda** de consciência histórica (HUYSSSEN, 2000).

Hoje, o crescimento da preocupação quase obsessiva pela memória tem, no amplo processo de museificação de tudo, um significativo indicador. A “**retórica da perda**” não explica propriamente a transformação da memória em mercadoria, como insumo para a indústria cultural, mas demonstra a preocupação, o medo e desconforto que sentem aqueles que formulam políticas e discursos, frente ao esquecimento do **valor de Identidade** que esses bens devem conservar e transmitir evitando, assim, o desaparecimento dos mesmos. Mas de que Identidade se fala? A “**Identidade de Legitimação**” dos que detêm o poder dominante a que se refere Castells, ou a “**Identidade de Resistência**” dos dominados? Dos lugares que se sentem ameaçados pelo processo de homogeneização cultural, promovido pelos “espaços de fluxos” da globalização? Ou ainda a “**Identidade de Projeto**”, a

construção de uma **nova Identidade**? (CASTELLS, 1999). Por que não, perguntamos o **Projeto da Diferença**? Talvez, ser criativo na diferença não deva significar a construção de uma **nova** identidade, noção esta que permanece enraizada na forma de pensar adequada ao mundo da representação, da aparência, isto é, das quatro ilusões anteriormente referidas.

A noção de **mais-valia** não entra de forma explícita nos discursos da “Identidade Legitimadora” de preservação de bens culturais. Essa noção, introduzida na conceituação de Patrimônio de bens culturais, refere-se à produção do consumo desses bens, fazendo com que emergjam organizações empresariais, tanto públicas quanto privadas, envolvendo um grande número de animadores culturais, profissionais de comunicação, agentes de desenvolvimento, engenheiros, arquitetos, museólogos, mediadores culturais, cujas tarefas consistem em explorar a potencialidade, a crescente valorização dos monumentos históricos, museus, promoção de eventos culturais, etc, visando a **produção de consumo** desses bens culturais e, entre eles, tem especial importância a preservação da arquitetura e do urbanismo de cidades históricas e de monumentos em geral.

A indústria patrimonial vem desenvolvendo técnicas e estratégias no sentido de preparar, para a produção do consumo cultural, bairros antigos, onde ficam cada vez mais evidentes, mesmo de forma discreta e até velada, as razões e opções que visam a justificar o retorno econômico (e político), o lucro (e o poder) dos investimentos nessa produção. Nesses processos de intervenções, é colocado em circulação, para justificá-los, um conjunto de dispositivos de *marketing*, retóricas de convencimento através de sedutoras propagandas. Os espaços de natureza arquitetônica são particularmente submetidos a ambíguas transformações que, no mais das vezes, se impõem como objetos independentes e auto-suficientes, promovendo uma nova imagem midiática do lugar, tornando-se emblema e símbolo.

Os diferentes saberes servem e/ou fazem ofertas de serviços ao Estado para serem efetuados. Portanto, não há saberes, “ciências” do Estado, mas máquinas abstratas que têm relações de interdependência com o Estado. Os “**dispositivos de poder**” (as instituições) disciplinam os diferentes segmentos sociais, produzem saberes também específicos, que são codificados. Para cada saber, a **sobrecodificação** consiste em sistematizar, regular as relações daquilo que foi codificado. Portanto, o conjunto sobrecodificado de enunciados constitui uma **máquina abstrata**. Por exemplo, a geometria euclidiana, na Grécia, com seus postulados, axiomas e teoremas “*funcionou como uma máquina abstrata que organizava o espaço social, sob as condições do agenciamento concreto do poder da cidade*” (DELEUZE/PARNET, 1998: 151).

Considerando os lugares em suas diferentes escalas (nação, estado, município), os enunciados sobrecodificados efetuados pelo **Aparelho de Estado** e relacionados com a preservação de bens patrimoniais históricos, artísticos e culturais, constituem uma **máquina abstrata patrimonial** que o Estado efetua, decretando leis que definem políticas patrimoniais, legitimando as instituições que as aplicam e por elas zelam. Dependendo das circunstâncias em que se criam, outros enunciados são também codificados e sobrecodificados, complementando ou substituindo os já existentes. Os discursos enunciativos que versam sobre patrimônio de bens culturais são sobrecodificados e, em seguida, efetuados pelo Aparelho de Estado como expressão de poder. Eles são, como já afirmamos, máquinas enunciativas, máquinas abstratas que, sob a égide das sociedades capitalistas, se configuram como “**máquinas abstratas binárias**”, por funcionarem com auxílio da forma de pensar moldada no mundo da representação, no modelo arborescente e na dialética como instrumento conceitual, tendo como palavra-chave a **Identidade**.

Qualquer que seja o discurso, o lugar (nação, estado, município, distrito) é compreendido e objetivado como uma entidade integrada, unificada, idêntica a si mesma. A tese da constituição ficcional do “passado” pelos historiadores e da cultura pelos antropólogos, nas narrativas sobre identidade e memórias de lugares em diferentes escalas, pressupõem sempre que as mesmas tenham coerência e continuidade.

Na atual condição “pós-moderna”, quais são as máquinas abstratas de sobrecodificação que exercem, em função das formas de Estado, poderes relacionados com o patrimônio de bens culturais? Por mais desenvolvidas que sejam as nações, em seus discursos oficiais sobre a preservação desses bens culturais, não há uma explícita referência ao fato de que eles assumiram a condição de mercadoria. Na prática, eles funcionam como autênticas mercadorias. Entretanto, nos discursos patrimoniais, tal fato não recebe nenhuma relevância, continuando-se a evidenciar valores de identidade e assumindo a memória nacional, à guisa de alegorias.

Na questão patrimonial, a Nação é entendida como uma entidade distante, idêntica a si mesma, integrada e unificada, sempre próxima e presente, embora ausente e distante. Há nisso uma pura ilusão. As narrativas (os discursos, as máquinas abstratas binárias) partem da autoridade da “Nação” e tentam superar essa ausência e distância através de uma tarefa interminável, em que esses relatos nacionais são repetidos à exaustão, adquirindo a conotação de mitos. Fato esse que se expressa não apenas nas narrativas de historiadores, antropólogos e folcloristas, mas com os que lidam pragmaticamente com os acervos, colecionando, restaurando e preservando, visando que sejam usufruídos

com funções pedagógicas (disciplinares) imbuídas de propósitos ideológicos (políticos) conformes ao Poder em exercício, que se encarrega de efetuar essas máquinas enunciativas.

Seja qual for a natureza desses acervos a preservar (onde se incluem a arquitetura e o urbanismo), ela é concebida em torno de uma Unidade imaginária que estaria distante, no passado nacional, primitivo, colonial e moderno, nas expressões eruditas, populares, exóticas, onde estariam presentes noções como autenticidade, totalidade, continuidade e coerências, entre outras atribuições. Mesmo reconhecendo um conjunto de diferenças que caracterizam esses acervos, eles são concebidos sob a égide da Identidade. As práticas de conservação e restauro desses acervos como **objetos de desejo**, promovem um permanente **desejo de autenticidade**. Desejo insaciável de resgatar um passado histórico, mítico, em função de um futuro de redenção, em decorrência do sentimento de perda, de ameaça de destruição da memória de valores patrimoniais e das instituições que os produziram como, por exemplo, valores familiares, religiosos, científicos, artísticos, entre outros. Esses desejos, à guisa de máquinas desejanças, com base nos processos de subjetivação que incidem nas pulsões inconscientes, promovem alegorias no pensamento que se orienta, obsessivamente, para a reconstrução do passado, num plano imaginário, fantasioso.

Considerando agora o atual estado da arte do discurso patrimonial no Brasil, entendido como máquina abstrata e, portanto, constituído por um conjunto de enunciados que encontra nas instituições específicas (dispositivos de poder) mediadores de sua atualização, esse conjunto de leis pode ser entendido como uma **Totalidade segmentária**. Totalidade esta que passa a ser concebida como um **lugar**, onde **coexistem** componentes maquínicos heterogêneos à guisa de “**micro-poderes**” que se conectam, estabelecem relações de proximidade, se sobrepõem, possuem temporalidades diferentes, podendo, alguns deles, desaparecer para dar lugar a outros. Esses componentes, todavia, não se encaixam. Coexistem na heterogeneidade que lhes é própria, ora como componentes maquínicos hegemônicos da máquina abstrata binária que formam, ora introduzindo componentes exógenos, por analogia e semelhança com outras máquinas efetuadas em países mais desenvolvidos, com experiências patrimoniais mais densas. A exemplos das “cartas” que resultam de encontros e convenções internacionais.

Em nosso país, os enunciados sobre o Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural tornados explícitos datam do ato político de criação do IPHAN, em 1937. Essa máquina enunciativa, abstrata e binária, privilegiou apenas alguns componentes desse conjunto de heterogeneidades que

compõe o complexo acervo de bens culturais históricos no país, enfatizando apenas, em suas práticas de preservação, a arquitetura e as artes plásticas do período colonial, deixando de fora acervos arqueológicos pré-colombianos, as culturas indígena e negra e outras expressões artísticas tais como a música, a dança, costumes expressões artísticas populares, além de um riquíssimo acervo arquitetônico “eclético” produzido no século XIX e início do século XX².

Somente quase quatro décadas mais tarde, tomou-se consciência da extensão e complexidade desses acervos. Foi justamente num momento de grande turbulência cultural, em meados da década de 70, que essa máquina patrimonial amplia seus limites, atingindo, no sentido antropológico, todos os setores de expressão cultural, inclusive a produção contemporânea. Visando uma acessibilidade mais democrática e participativa, estimulava a produção de bens culturais, com ênfase na participação e criatividade popular. Enquanto isto, em outros países, os bens culturais já haviam assumido a condição de mercadoria no interior do acelerado contexto da indústria cultural, com ênfase no turismo que, então, já caminhava para assumir o seu papel, ocupando hoje a segunda posição na produção mundial, tendo à frente apenas a “irracional” produção de armamentos.

Some-se às grandes transformações tecnológicas e sociais que estamos presenciando (com o aumento da exclusão social) o enfraquecimento do poder do Estado frente à aglomeração das grandes corporações internacionais e, então, o que podemos dizer da máquina patrimonial de bens culturais em nosso país? Mesmo incluindo em seus discursos um amplo leque de expressões culturais, ela vem se caracterizando por um contínuo processo de diferenciações e, ao mesmo tempo, de homogeneizações globalizantes, fazendo com que a pressuposta identidade da cultural nacional se apresente esgarçada em todos os sentidos, não existindo mais no sentido retórico que se pressupunha. Em seu lugar, aflora a Diferença, no sentido de respeito à diferença, colocando em “xeque” as máquinas abstratas binárias, de propósitos universalizantes e homogeneizadores. Talvez estejamos em vias de produzir **máquinas abstratas patrimoniais diferenciadas**, sem centralidades e hierarquias, inspiradas apenas no **Saber e Poder Local**, isto é, de lugares que, tendo presentes suas específicas preexistências patrimoniais de bens culturais, integram-se aos processos do mundo globalizado, exigindo, entretanto, o respeito à diferença, reinventando seus patrimônios em permanente transformação. Se o processo de globalização

constitui uma Totalidade segmentária maior e os lugares formam totalidades segmentárias menores e a ela se integram com base nas **diferenças** que produzem, só nos resta esperar, por enquanto, que os diferentes lugares possam assumir não a **Identidade** de seus acervos de bens patrimoniais, mas o significado de sua presença como **Repetição na Diferença**. Jamais no sentido do Idêntico, o qual se evapora frente às aceleradas transformações sociais da condição humana. Criar, inventar nos imprevisíveis devires, **outros** e diferentes lugares, é o que se pode desejar.

Notas

¹ Tomamos essa noção deleuziana em contraposição àquela clássica de totalidade, a qual se caracteriza pelo todo e partes, constituída na unidade e inseparabilidade de suas partes que se encaixam formando o todo, à guisa de um quebra cabeça. Totalidade segmentária consiste num conjunto, um meio, um lugar que se considera, formado de componentes heterogêneos que nele coexistem e que se conectam, se contaminam, mantêm relações de vizinhança, de sobreposição, de substituições, de temporalidades diferentes, porém tais componentes não se encaixam como no todo aristotélico. A noção de segmentaridade e de heterogeneidade constitui uma grande contribuição de Foucault às novas formas de pensar. Em diversas passagens de seus escritos, Deleuze e Guattari chamam esse conjunto de componentes heterogêneos de “totalidade fragmentária”.

² Para não falar nos santuários ecológicos, cuja preservação, à época, não contava com a formação de discurso, ou seja, máquina enunciativa relacionada com o patrimônio de bens naturais, assunto que extrapola o nosso tema.

Referências Bibliográficas

- CASTELLS, Manuel 1999 **Era da Informação, Economia, Sociedade e Cultura**, São Paulo: ed. Paz e Terra, vols. 1, 2, e 3
- DELEUZE, Gilles 1988 **Diferença e Repetição**, São Paulo: Graal
- _____ 2000 **O que é a Filosofia?** Rio de Janeiro: ed. 34
- _____ **Conversações**. Rio de Janeiro: ed. 34, 2000.
- _____ **Bergsonismo**. São Paulo: ed. 34,1999.
- DELEUZE, Gilles GUATTARI, Félix 1995 **Mil Platôs, Capitalismo e esquizofrenia**, Rio de Janeiro: ed. 34, vol. 1
- GUATTARI, Félix 1993 **Caosmose**. Um novo paradigma estético. Rio de Janeiro: ed. 34
- HUYSEN, Andreas 2000 **Seduzidos pela Memória**, Rio de Janeiro: Ed. Aeroplano
- NORBERG-SCHULZ, Christian 1975 **Existência, Espacio y Arquitectura**, Barcelona: ed. Blume
- VIRILIO, Paul 1995 **O Espaço Crítico**, Rio de Janeiro: ed. 34